



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

RELATÓRIO

RELATÓRIO DE TRABALHO - 2025

Comissão de Gestão da Memória - CGM
(Portaria P n. 111/2021)

Em cumprimento à Resolução n. 95/2009, do Conselho Nacional de Justiça, cumpre-me apresentar o relatório simplificado da Comissão de Gestão da Memória - CGM designada pela Portaria P n. 111/2021, de 30 de agosto de 2021, responsável pela implementação da Política de Gestão da Memória no âmbito da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, referente ao ano de 2025:

- realização, durante o exercício de 2025, de uma reunião ordinária da CGM (SEI 0005989-94.2025.6.24.8000);
- atuação junto à Administração do Tribunal para alocação temporária do acervo arquivístico em empresa de custódia especializada (SEI 0007359-11.2025.6.24.8000), para adequação e melhoria das instalações do prédio do Arquivo Central durante a reforma e para contratação de serviço de consultoria para implantação do RDCArq: Repositório Arquivístico Digital Confiável;
- participação de um membro da Comissão do 5º Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário - ENAM (SEI 0001690-74.2025.6.24.8000), realizado em maio, em Goiânia-GO e no VII Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário - Arquivos Permanentes: preservação, acesso e difusão e no II Seminário MEMOJUS: Memória: políticas, gestão e difusão (SEI 0007270-85.2025.6.24.8000), realizados em outubro, em Belo Horizonte-MG;
- padronização e revisão das informações apresentadas nas galerias virtuais (SEI 0000239-48.2024.6.24.8000);
- realização de duas exposições temporárias: Durante a comemoração dos 80 anos de Reinstalação da Justiça Eleitoral no estado, cerimônia realizada em 23 de julho de 2025, na sala de sessões Ministro Teori Zavascki, no TJSC, realizou-se a exposição "80 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral (1945-2025)" e foi publicada uma Cartilha comemorativa; Em setembro, a exposição colaborativa "Ecos da Justiça em Santa Catarina" foi realizada em parceria com o TRT12, TJSC e TRF4/JFSC, no Shopping Itaguaçu, em São José/SC. A mostra integrou-se à 19ª Primavera dos Museus, abordando o tema "Museus e Mudanças Climáticas" e apresentando as iniciativas de sustentabilidade dos tribunais, como a redução do uso de papel pela criação da urna eletrônica;
- projeto e realização da exposição virtual "80 anos de Reinstalação da Justiça Eleitoral (1945-2025)", disponível no site do Tribunal, link <https://www.tre-sc.jus.br/institucional/hotsites/80-anos-reinstalacao-je>;
- participação no "Circuito da Cidadania", realizado em agosto na ALESC e no "Congresso Catarinense de Direito Eleitoral", promovido pela EJESC e realizado em novembro no auditório MPSC, com exposição temporária de urnas manuais e eletrônicas;

- abertura formal do Arquivo Histórico do TRE-SC para a pesquisa acadêmica em novembro, com realização de reunião nas dependências do acervo com participação dos coordenadores das Comissões de Gestão da Memória do TRE-SC e do TJSC, da Presidência e da Administração do TRE-SC e de pesquisadores renomados. A iniciativa se consolidou por meio de uma parceria interinstitucional com o Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), que elegeu o município de Biguaçu como projeto piloto para resgatar a memória do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral na região. O projeto visa a investigar documentos dos séculos XIX e XX, focando na trajetória da Justiça Eleitoral em Santa Catarina e na evolução do voto e da cidadania no estado;
- Intercâmbio técnico com o TJSC, por meio de visitas mútuas às dependências dos Arquivos do TJSC e do TRE-SC, com foco na troca de conhecimentos sobre organização de acervos, digitalização de documentos históricos e modernização de processos;
- restauração do quadro Hassis, exposto na sala de sessões do Tribunal Pleno (SEI 0000647-39.2024.6.24.8000).

Fpolis, data da assinatura eletrônica

Juiz Márcio Schiefler Fontes

Coordenador da Comissão



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Schiefler Fontes, Presidente da Comissão**, em 05/12/2025, às 10:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-sc.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0000237552** e o código CRC **06FB81A3**.

0005989-94.2025.6.24.8000

0000237552v5